ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DE

PAREDES DE COURA

ATA N.º 02/2021
(Mandato 2017/21)

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2021

CONTÉM 21 PÁGINAS

ATA N.º 02/2021 (MANDATO DE 2017/2021) DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO, INICIADA ÀS 21H00 E CONCLUÍDA ÀS 23h00.

Sumário Páginas

= ABERTURA = ... 3

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =..... 4

LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA..... 4

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES 6

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS..... 7

= ORDEM DO DIA =..... 10

INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO..... 10

CONTA DE GERÊNCIA DO ANO DE 2020 14

2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO..... 20

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS 20

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA COMPROMISSO PLURIANUAL – TRANSPORTES ESCOLARES 20

ENCERRAMENTO 21

= ABERTURA =

------- No dia trinta do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Perfeita Barreiro de Araújo Esteves e Elizabete Dantas Afonso Rodrigues, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia 16 de junho do ano de dois mil e vinte em modalidade mista, que combinou o formato presencial com meios de comunicação à distância, nos termos do artigo 3, da Lei 1-A/2020, de 19 de março, na sua redação em vigor. ----------

------- Registou-se a falta dos seguintes membros: Palmira Ribeiro da Costa (PS); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Celina Araújo de Sousa (PCP/PEV); Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD); Rosalina Maria Barbosa Martins (PS), que nos termos legais, procederam à respetiva justificação e João Manuel Cunha (PPD/PSD). ----------

------- Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); João Manuel da Cunha (PPD/PSD); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); Ricardo Carlos de Sousa Marinho (PPD/PSD); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Elisabete Dantas Afonso Rodrigues (PS), Tiago Filipe Soares Castro de Sousa (PS); Jorge Santos da Rocha (PS), presidente da junta da freguesia de Agualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Manuel Lopes Fernandes (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos; Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada; António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; David Jorge Pires Saraiva (Independente) presidente da junta da freguesia de Rubiães; Sérgio Miguel Barbosa da Costa (PPD/PSD), presidente da junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente), presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; Cláudia Isabel de Morais Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende. --------- ----------

------- Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes Moreira (PS); Vítor Manuel Rosas da Silva (PS) e Sérgio de Sousa Caselhos (PS). ----------

Substituições:------ ----------

Palmira Ribeiro da Costa (PS) foi substituída por Manuel Miranda. ----------

Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS) foi substituída por Marta Dantas. ----------

Celina Araújo de Sousa (PCP/PEV) foi substituída por José Manuel Alves. ----------

Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD) foi substituída José Augusto Sousa. ----------

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

------- O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum,* declarou aberta a sessão. ----------

De seguida propôs ao plenário a inclusão na ordem do dia, nos termos do artigo 50º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, da proposta de autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual decorrente da celebração de um contrato de prestação de serviços de transporte – Escola Básica de Paredes de Coura, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor, para os anos letivos de 2021/2022, 2022/2023 e 2023/2024. ----------

Submetida a votação, a inclusão da proposta em questão foi aprovada, por maioria, com uma abstenção do PCP/PEV, ficando para apreciação, discussão e votação como ponto nº 6 da ordem do dia. ----------

LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA

------- Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser e discussão e votação das atas da sessão ordinária realizada no dia 26 de fevereiro de 2021 e da reunião extraordinária realizada no dia 14 de maio de 2021. ----------

As propostas de atas das sessões anteriores, oportunamente distribuídas e dispensadas de leitura, depois de submetidas à votação foram aprovadas, com as seguintes votações: ----------

A ata sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2021 foi aprovada por maioria, com 28 votos a favor, sendo 24 do PS, 2 independentes, 01 do PSD e 1 PCP/PEV e 2 abstenções do PSD e 1 voto contra do PSD. ----------

Não participaram na votação os membros que não estiveram presentes na reunião a que a ata respeita: Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS). ----------

A ata da sessão extraordinária de 14-05-2021 foi aprovada, por maioria, com 28 votos a favor, sendo 24 do PS, 2 independentes, 01 do PSD e 1 PCP/PEV; 1 abstenção do PSD e 1 voto contra do PSD (João Cunha). ----------

O porta-voz do PSD, João Cunha, apresentou uma declaração de voto, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante e abandonou a Assembleia Municipal em sinal de protesto, afirmando que abandonaria a sessão, o que efetivamente fez, de seguida. ----------

Presidente da Assembleia: apresentou a proposta da Mesa de alteração à ata realizada em 14 de maio de 2021 de que a reunião foi realizada **em** modalidade mista que combinou o formato presencial dos membros e videoconferência (Microsoft Teams meeting) pelos presidentes de juntas e de uniões de freguesias, nos termos do artigo 3, da Lei 1-A/2020, de 19 de março, na sua redação em vigor pormenor que não consta da ata. ----------

Informou, em nome da Mesa, que para a realização da sessão em modalidade mista, contactou, por correio eletrónico, os porta-vozes dos grupos municipais do PS, do PSD e do PCP/PEV. Obteve resposta apenas do PS e do PCP/Verdes. O do PSD não respondeu. Por isso, quem não responde a um e-mail enviado pela Assembleia Municipal é porque está de acordo com o regime que foi seguido na sessão realizada em fevereiro.----------

Quanto ao abandono da sessão da Assembleia Municipal por um membro, em protesto, ser-lhe-á marcada a respetiva falta por não cobertura legal.----------

De seguida questionou se havia participações de membros em reuniões, em representação da Assembleia Municipal. ----------

Manuel Monteiro (PS): como representante da Assembleia Municipal disse ter estado presente na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho e como é comum nesta altura do ano, a agenda centrou-se essencialmente na apreciação dos relatórios de gestão de contas do ano de 2020, na revisão das grandes opções do plano e na apreciação e votação dos relatórios de gestão de contas. Do conjunto de informações prestadas pelo sr. secretário executivo da CIM, informou que a CIM se encontra numa fase de fecho do ciclo do Quadro Comunitário de 2020 e que houve um processo de aceleração a esse fecho no início do ano de 2021, motivado pela reprogramação, efetuada em função da pandemia e, sobretudo, pela cooperação transfronteiriça onde ainda estão em fecho sete candidaturas no domínio da cooperação transfronteiriça. ----------

Relativamente às contas, estão em linha com os exercícios anteriores, houve uma ligeira de descida, porque os quadros comunitários têm um alargamento das candidaturas plurianuais, motivada pela questão da COVID e neste momento há uma execução de 46% e esperam até final deste ano consigam atingir uma percentagem de execução bem mais alta.----------

Relativamente à aplicação dos saldos de gerência do exercício de 2020, foi incorporado o saldo, como é normal e corrente nos processos de prestação de contas feitos, sobretudo, em função do ajustamento dos projetos. Houve ajustamento de projetos com a devida reprogramação em duas componentes essenciais, a cooperação transfronteiriça e a proteção e também num outro domínio, que é um consórcio entre a CIM do Alto Minho, a CIM do Vale do Ave e a CIM do Cávado que têm um

conjunto significativo de recursos financeiros, na ordem dos sete milhões para essencialmente alocar no domínio do desenvolvimento turístico e da promoção turística. ----------

Por fim, disse em síntese, foi o que a Assembleia Intermunicipal deu a conhecer a todos os membros e que todos os documentos presentes à assembleia foram aprovados, por unanimidade. ----------

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES

------- Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções.----------

Ricardo Marinho (PPD/PSD): Questionou em que ponto se encontra a situação do município em relação ao Regulamento Geral da Proteção de Dados. Se está a ser aplicado e, se sim, de que forma. Quem é o encarregado de proteção de dados nomeado pelo município e como é que o mesmo processo está a decorrer nas juntas de freguesias.----------

Presidente da Câmara: disse querer fazer um reparo antes de responder ao Eng.º Ricardo Marinho. - Uma declaração de voto não tem resposta, mas quando são feitas acusações graves tem que haver alguma resposta porque a democracia não se faz a fugir, mas faz-se na discussão. A democracia não se faz através de "*fait divers*" em que as pessoas, ao não prepararem as assembleias municipais e trocarem a ordem dos assuntos, quererem usar a palavra para o ponto três quando já se discute o ponto quatro. Ao PSD, nesta assembleia, nunca lhe foi retirada a palavra e a contabilizar o tempo usado, e bem, utilizam mais tempo do que propriamente o PS. Nunca existiu aqui qualquer tipo de coação sobre as pessoas e este é um espaço de liberdade. Agora, se há pessoas que se preferem vitimizar quando não encontram argumentos no espaço democrático, quando se mostram impotentes e em vez de procurarem fazer uma auto reflexão e centrar as limitações neles próprios, projetam-na nos outros e fazem-se de vítimas, obviamente que isso também pode ser uma opção, mas não é uma opção abandonar este espaço de debate, de confronto, de reflexão e de troca de ideias, porque as pessoas que votaram no PSD, votaram para que os seus membros, mesmo que isto fosse em contexto adverso e em contexto de grande dificuldade, permanecessem de pé e lutassem pelos seus ideais. Poderíamos ter mais bondade e paciência até aos limites e o que aconteceu durante estes quatro anos é que, na maior parte das vezes, tivemos paciência, como seres humanos com muitas fragilidades, mas a paciência também se esgota. Não é um problema de democracia, é um problema de metodologia no cumprimento do regimento. Agora, as pessoas preferem fazer uma declaração pomposa, utilizar termos de totalitarismo, fazer um cenário apocalíptico, como se pensassem que as pessoas andam a dormir e acreditam. ----------

Portanto, acho que a democracia é opção e não opção sem trabalho e sem presença, mas cada um assume as suas responsabilidades. ----------

Em relação ao assunto que o Eng.º Ricardo Marinho nos colocou, obviamente que aquilo que tem acontecido no país é de alguma negligência e, portanto, quanto às juntas ainda não fizemos nada, mas

vamos seguir a sua recomendação. Na Câmara Municipal, encarregámos um técnico do Serviço Jurídico, Dr. Xavier Pinto, para fazer esse trabalho e brevemente daremos informações. ----------

Presidente da Assembleia: relativamente ao referido pelo Senhor Presidente da Câmara sobre a declaração de voto, e uma vez que a Mesa foi citada, gostaria de esclarecer o seguinte: ----------
Na carta de um membro desta Assembleia dirigida ao Presidente da Mesa, para que lhe fosse entregue a gravação da sessão extraordinária do dia 14 de maio e dos dados relativos às votações, foi-lhe respondido também, por carta, em relação às gravações, o que já foi repetido até à exaustão e é conhecido de todos os membros desta Assembleia, ou seja, a gravação serve unicamente como ferramenta de suporte à elaboração da respetiva ata, que uma vez aprovada é eliminada, prática que é seguida não só por esta, mas também por muitas outras assembleias.----------
Em relação aos outros elementos pedidos, a mesa da Assembleia não pode fornecer qualquer informação que ainda esteja em processo de aprovação ao nível da ata. Só depois da ata ser aprovada é que se pode prestar informações, mas neste momento a Mesa isenta-se de as prestar uma vez que elas estão totalmente transcritas em ata.----------

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

Ponto n.º 3 – Interpelações ao Presidente da Câmara Municipal. ----------
José Augusto Sousa (PPS/PSD): Admitindo e partindo do pressuposto que tudo aquilo que aqui foi dito na resposta à ata é verdade, ou pode ser verdade, admitindo tudo isso num mero exercício de estudo, a verdade é que a responsabilidade nunca está só de um lado e, portanto, é sempre possível melhorar a forma como cada um de nós exerce o nosso trabalho. E em vez de estarmos só a centralizar de que apenas um elemento deve melhorar, se calhar é aquela velha história de quando estamos a apontar um dedo para o outro, estamos a apontar três para nós. Portanto, este é o primeiro ponto. O segundo é mais específico e tem a ver com a intervenção política. É que, a maior parte das vezes, até quando isto está mais crispado, tende-se a considerar que cada intervenção do PSD é acérrima, é para contrariar, é para criar maleitas e para criar não sei quê e depois cada um de nós reage da forma menos inusitada e até seguramente menos sentida como foi o caso. ----------
Há pouco, apenas esclareci o sr. presidente da mesa que estava a perguntar para confirmar o sentido de voto aos srs. presidentes de junta e não podia estar a dizer antes que estava aprovado, era apenas uma breve chamada de atenção. Portanto, é preciso ouvir e tentar entender, se não se entende à primeira, é pedir que se repita, porque nem tudo o que o PSD diz e nem tudo o que as oposições dizem é só para chatear. Nós não estamos aqui só para chatear. Às vezes sim, mas acontece com todos. ----------
O terceiro ponto, agora como intervenção política, tem a ver com o seguinte: nós olhámos, e vou apenas cingir-me aos últimos três anos, o Estado português tem batido sucessivamente o recorde de receitas cobradas. O Estado português, que atualmente é governado pelo Partido Socialista, tem arrecadado sistematicamente nos últimos anos, recordes, recordes e recordes de receitas. E qual é o

reflexo disso nas transferências para os municípios? tem aumentado? Nós vemos que as receitas correntes do município do ano de 2020 está mais de duzentos mil euros abaixo da média dos últimos anos. Era bom, tal qual como eu vi aqui, o Partido Socialista votar moções, aprovar declarações de voto contra o Governo, que na altura normalmente nunca era do Partido Socialista, mas ao Governo que existia. Era bom que houvesse também uma posição da assembleia a reclamar mais fundos, porque o Estado tem cobrado mais fundos e a minha intervenção é esta, a de lançar este desafio à Assembleia. ----------

Joaquim Lopes (PS): Disse ter ficado aborrecido com a declaração do membro João Cunha e que, por vezes, as pessoas se esquecem da responsabilidade no que afirmam, mas que é um assunto que já passou e está arrumado. ----------
A sua intervenção tem a ver com o agradecimento das palavras de conforto recebidas das pessoas de todos os quadrantes políticos, aquando dos problemas de saúde que teve há cerca de dois ou três meses. Não interveio na sessão anterior porque era uma sessão extraordinária, por respeito e para dar o exemplo, por entender que o sr. presidente da Assembleia e as pessoas têm de ser respeitadas, o que infelizmente não acontece, e que lamenta o comportamento de alguns membros da Assembleia, principalmente o que se passou na última assembleia, e agora a ousadia de apresentar uma moção a tentar repudiar o que foi feito com educação e respeito. ----------
Por fim, renovou o que tem dito em sessões anteriores sobre a necessidade de marcação de tempos para as intervenções. ----------

Manuel Monteiro (PS): já que o Sr. Dr. José Augusto teve oportunidade de também comentar, de alguma forma, a última assembleia, eu esperava que o não fizesse dentro de uma lógica de vitimização como fez. De facto, o PSD nesta assembleia não é vítima. Não é vítima e os tempos de antena são significativos. A vossa representatividade eleitoral não é plasmada nesta assembleia e, desde a primeira hora, o PS assumiu e sempre aplaudiu a postura do sr. presidente da mesa de não fazer uso do regimento e temporizar as vossas intervenções. Aliás, a vossa, particularmente a dos dois elementos do PSD eleitos aqui presentes foi sempre bem-vinda, no sentido daquilo que dissemos no início, a democracia não se faz sem contraditório, mas a paciência tem limites. Pôr sistematicamente em causa a autoridade do sr. presidente da mesa, pôr sistematicamente em causa a ordem da assembleia, não é e não deve ser por vós próprios reconhecido. E o que aqui foi feito parece ser passar uma esponja sobre o que se passou, mas não pode ser. Acho que nenhum de vós, quer o Sr. Eng.º Ricardo Marinho, quer o Dr. José Augusto Sousa, se revêm na postura permanente nas assembleias do Sr. Eng.º João Cunha. ----------
Eu próprio me penalizo por ter descido a um determinado nível. Cheguei a roçar algumas questões pessoais, retrato-me disso, mas a paciência tem limites porque, repito, pôr sistematicamente em causa a presidência desta Assembleia é não respeitar o mandato para que foi eleito. E sobre isso penso que a história desta Assembleia sempre se pautou por um bom entendimento, a picardia política é

necessária, apimenta a discussão, é necessária e saudável e nós nunca prescindimos dela, no bom sentido da palavra, independentemente de num momento ou outro podermos ter um deslize ou uma desnecessidade, chamemos-lhe assim. ----------

Relativamente à questão que o Dr. José Augusto trouxe de politicamente mais relevante, de facto, eu penso que a Lei das Finanças Locais continua a ser cumprida e os quadros de transferência têm que se situar nos regulamentos, nas leis e nesses quadros, independentemente de ser necessário sistematicamente o poder local, através da associação de municípios como têm feito, reclamar de envelopes financeiros, reclamar de fundos. E nós já sabemos que já não vivemos no tempo da administração central nem do fundo da administração central. Agora os próprios municípios têm capacidade, através das comunidades intermunicipais, através dos investimentos que conseguem reivindicar, ter, eles próprios, capacidade de atrair recursos financeiros. Portanto, não são as transferências para os municípios que aqui estão em causa porque a lei contínua a ser cumprida. De facto, é necessário permanentemente reivindicar, mas não no sentido que aqui apontou, pelo menos pelo que eu percebi, é sobretudo através dos fundos estruturais e da necessidade de eles serem discutidos e alocados o mais próximo possível dos municípios. Aí sim, estaremos de acordo. ----------

Presidente da Assembleia: Em relação a toda esta situação, a Mesa apenas reitera que o Regimento existe e que, de facto, aquilo que o porta-voz do Partido Socialista disse que era a intervenção de acordo com a representatividade eleitoral, a Mesa decidiu não o fazer nesta legislatura. Não é neste mandato da Assembleia Municipal, numa altura em que a oposição está menos representada, que vamos tomar medidas para limitar o seu tempo de intervenção. Julgo que aquilo que o PS assumiu é um bom exemplo de como a democracia pode ser exercida num fórum de Assembleia Municipal. E todos os membros da oposição tiveram o tempo que entenderam para intervir e, se alguma vez foram interrompidos, é porque estavam a desviar o assunto e o Regimento foi devidamente implementado. Isso não quer dizer que os próximos elementos da Assembleia Municipal não decidam enveredar pela limitação de tempos em função da representatividade eleitoral, que será mais adequado com aquilo que se passa noutras assembleias municipais, e com aquilo que o senhor membro Joaquim Lopes diz que se passa também na Assembleia da República.----------

Aliás é só dizer o seguinte, diz o Regimento que cada membro da Assembleia Municipal, quando inicia a sua intervenção, se deve dirigir à Mesa. O senhor membro da Assembleia Municipal, João Cunha, nunca o fez, nunca se dirigiu à Mesa ou ao presidente da mesa. Hoje foi uma exceção. O Regimento impõe e não foi por isso que lhe tirámos a palavra.----------

Portanto, entendemos usar o Regimento de uma forma mais geral, de modo que os representantes de outros partidos políticos tenham a oportunidade de apresentar as suas ideias, que sejam devidamente debatidas e também contrariadas, o que é tarefa dos grupos municipais.----------

INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO

PONTO N.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. ----------

Presidente da Câmara: Podemos dizer que, do ponto de vista financeiro, continuamos com a consolidação orçamental que já começou no ano de 2014. Continuamos a diminuir a dívida, obviamente que a dívida não deve ser uma obsessão, mas as contas certas não devem ser um monopólio da direita pelo contrário, acho que, para ser de esquerda, temos de ter contas rigorosas, que sejam capazes de criar riqueza porque sem criarmos riqueza não conseguimos fazer ação social e emprego. Portanto, o caminho é este, o caminho de rigor nas contas, para deste modo termos capacidade de investimento e oportunidade nas decisões porque, de facto, é uma Câmara com fôlego financeiro. Conseguimos cumprir os compromissos com os nossos fornecedores e com a maior e desejável brevidade possível o que, muitas vezes, leva a que haja mais interessados nas nossas propostas concursais e, com isto, o município acaba por ser beneficiado por uma maior concorrência. -

RECUSA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS

PONTO 02 - Apreciação, discussão e votação da proposta de recusa de descentralização de competências nas freguesias, fixadas no nº 1, artigo 2º, do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril. ----------

Presidente da Câmara: Este assunto tem o seguinte enquadramento, ou seja, o protocolo acabou por extinguir-se há uns meses e estamos no fim de um ciclo eleitoral. Na Câmara Municipal, achámos que é estrutural, que é uma decisão que merece alguma contextualização, algum cuidado e, portanto, achámos que será a próxima Câmara a ser eleita a decidir nesta matéria. Também sabemos que, e não é um argumento que eu diria central, mas é um argumento que devemos ter em consideração, as juntas de freguesia, muitas vezes, não têm alguns meios técnicos e humanos, mas aí eu também acho que, se a Câmara Municipal fizer um grande esforço na formação quer humana quer na dotação de meios tecnológicos, acho que seremos capazes de transferir mais competências para as juntas apesar de considerarmos que tem de ser um processo progressivo e feito com cuidado. Aliás, eu já tenho tido alguns contactos com alguns presidentes de junta e não é só uma questão de transferência de competências. Muitas vezes os srs. presidentes das juntas reivindicam um reforço de verbas porque, muitas vezes, o que acontece é que o envelope financeiro não é suficiente para as competências que lhes são atribuídas. Dou um exemplo muito concreto, há juntas que acabam por fazer a manutenção do espaço industrial e a Câmara Municipal não faz nenhuma transferência acrescida e ainda situações de juntas, até de vários quadrantes ideológicos, que fazem trabalhos que acabam por se sobrepor às suas competências. No entanto, acho que num futuro próximo devemos debater este assunto porque a câmara não pode estar a acusar o governo de centralismo e depois acabar por sofrer do mesmo mal.

Portanto, na próxima oportunidade esta decisão deverá ser tomada e acho que também devemos fazer um pequeno estudo antes, uma pequena auscultação e um inquérito junto das juntas de freguesia para ver de que modo e de que forma poderemos transferir outras competências.----------

José Augusto Sousa (PPD/PSD): Só um ou dois pontos de reflexão. Eu já vi, na Assembleia da República, grupos parlamentares abandonaram o hemiciclo, sob protesto. E depois, sobre esta questão, o que interessa é que eu ouvi muitas vezes todos os membros da Câmara Municipal, muitos dos srs. presidentes da junta dizerem que era melhor 1€ gasto na Câmara do que 1€ gasto pela Assembleia da República. Tinha sempre muito mais impacto 10€ gastos numa câmara municipal do que 10€ gastos numa direção-geral qualquer. E, portanto, por maioria de razão, também tem sempre muito mais impacto dez euros geridos pelos presidentes das juntas do que 10 euros pela Câmara Municipal. Obviamente que eu entendo, a não ser que os srs. presidentes de junta digam todos "eu concordo, não quero ter as competências que ali estão, não quero fazer aqueles trabalhos", que alguns deles já fazem há mais de 12 anos e já faziam os anteriores que lá estavam. ----------
Portanto, eu não percebo muito bem esta recusa de transferências, até porque acho que quando isto foi votado, e até quando foi discutido na câmara anterior, ou nas câmaras anteriores, houve alguns srs. presidentes da junta que assumiram compromissos com a contratação de pessoal para esta tarefa e, assim, sinceramente, não entendo. Não entendo sequer o argumento de que estamos em final de mandato e, depois, outra Câmara define como quer fazer a seguir. Se os srs. presidentes da junta e os srs. membros da assembleia conseguirem perceber porque é que suspende estas transferências para as outras freguesias, muito bem, mas eu votarei contra.----------

Joaquim Lopes (PS): Disse estar muito satisfeito com o forma de funcionamento desta Assembleia. De seguida disse querer elogiar a Câmara Municipal, principalmente pelas obras que estão a ser realizadas, nomeadamente, a via rápida de acesso à A3, pelo bom ritmo para a entrada em funcionamento da fábrica das vacinas, segundo as informações lidas na imprensa, pelo arranjo dos jardins e pela melhoria do piso da rua central da vila. ----------
Por fim, referindo-se ao sr. presidente da Assembleia, que sempre o respeitou e será respeitado, mas que de facto foi maltratado o que é de lamentar, mas que as ações ficam com quem as pratica.----------

Manuel Monteiro (PS): Reportando-se à questão do euro gasto pelo poder central, referido por José Augusto Sousa, disse ser bem menos aplicado que nas autarquias locais porque, de facto, tem mais visibilidade e responde melhor às necessidades das pessoas. ----------
Não temos dúvidas nenhumas, em teoria, e na prática, isso acontece. Mas relativamente à transferência de competências não é bem assim, porque é uma questão de escala e o Sr. Dr. José Augusto, que é economista, percebe isto perfeitamente. Tomáramos nós, como foi aqui assumido pela Srª presidente da junta da Vila e Resende, que sendo a maior freguesia do concelho e com alguns meios humanos, é uma freguesia pequena. Eu diria que, em função das competências que estão

plasmadas na lei, as nossas freguesias são pequeníssimas pelo que não têm capacidade para ter meios técnicos, meios humanos que, de facto, concretizem e respondam às necessidades das pessoas e respondam às necessidades dos fregueses como eventualmente a Câmara o pode fazer. O princípio da realidade tem que nos dar essa informação e é isso que temos de levar em conta, repare só: eu dou-lhe uma das competências que era passível de ser transferida, por exemplo a questão das queimadas. Já viu a capacidade técnica e humana que é necessária para fazer o controlo disso? Já viu que implica a necessidade de, por exemplo, autorizar a atividade de exploração de máquinas de diversão, utilização e ocupação da via pública, a gestão e manutenção decorrente de feiras e mercados. Não temos nenhuma freguesia com essas dimensões no nosso concelho. Não é, portanto, o princípio da realidade, como aqui foi muito bem evidenciado pelo sr. presidente da Câmara, que a dimensão, os meios humanos, os recursos financeiros que têm à disposição para a ajuda das freguesias são escassos. São escassos e podem não responder às necessidades dos fregueses. Por outro lado, também sublinhou o sr. presidente da Câmara e nós subscrevemos, o senhor pareceu não entender que, de facto, neste momento é curial, politicamente correto e sensato que, a três meses das eleições autárquicas, tomar uma decisão, vai influenciar o próximo mandato. Portanto, nesse sentido, recomenda o bom senso que essa decisão possa ser tomada no início da próxima legislatura. ----------

José Augusto Sousa (PPD/PSD): o argumento do porta-voz do Partido Socialista, levado ao extremo, quer dizer que as juntas não têm quase competência para fazer nada, que não faz sentido haver juntas e que logo, pelo mesmo caminho, não faz sentido haver câmaras pequenas, porque também não têm competência, não têm escala e estamos todos a defender que as câmaras devem acabar, e eu não concordo, e até acho perigoso, usar esse tipo de argumento. ----------
E o sr. pegou em duas ou três das atividades que podiam ser transferidas, mas não pegou nas mais simples, que são mais usuais e que todas as freguesias as fazem uma vez por ano - a limpeza das bermas -, que não é para transferir. ----------
Reparem na incongruência do que estão aqui a dizer, eu já sei que essa competência já está protocolada, mas então não vamos transferir as competências. Ok. Não dá jeito, querem ver outro figurino. Se não querem que ultrapasse o mandato, faziam a transferência por um ano. Para o ano estávamos outra vez a discutir, ou quem cá estiver. Na minha opinião é um erro porque os srs. presidentes de junta têm muitas pessoas associadas à Junta que fazem uma quantidade de trabalhos, que devem continuar a fazer. Cada vez mais se justifica o aumento das competências que é aquilo que andamos sempre a defender, a defesa das nossas freguesias e a defesa do nosso município e esse é exatamente o caminho inverso. Mas continuo a dizer, não percebi, nunca fiquei convencido e continuarei a votar contra a não transferência das competências.----------

Presidente da UF de Paredes de Coura e Resende – Cláudia Pires de Lima: é claro que todos queremos ter mais para fazer melhor, mas depois também faz falta compreender aquilo que é a

realidade e que também o sr. porta-voz do grupo municipal do Partido Socialista tentou aqui de alguma forma relembrar que é um assunto que já foi falado. ----------

É importante não falarmos dos presidentes de junta como se realmente fossem e, perdoem-me a expressão, uns coitadinhos que não têm voz ou que não têm forma de comunicar com o Município, neste caso, com o sr. presidente e com todos seus vereadores e fazer também ver aquilo que é necessário e emergente nas suas freguesias. Os colegas que estão a assistir poderão falar, tal como eu, e partilhar também a sua vivência, a sua opinião. E aquilo que me parece haver aqui é algum desconhecimento desta relação que me parece apartidária. E, muitas vezes, aquilo que verificamos é que se o município não faz mais é porque, muitas vezes, pode não ter meios para o fazer. ----------

Enquanto presidente da União de Freguesias de Paredes de Coura e Resende aquilo que tem sido solicitado ao Município tem obtido uma boa resposta, ou seja, temos conseguido concretizar aquilo que tem sido pedido. Não vejo mais vantagens ou menos desvantagens de poder ter autonomia de fazer a obra porque tenho dinheiro na conta. A partir do momento em que eu tenho um presidente da Câmara que chego ao pé dele e converso, justifico porque há que justificar, porque as coisas têm que fazer sentido, há uma análise técnica e a partir daí as coisas concretizam-se, quando há cabimentação, ou seja, o importante é ver que as coisas estão a ser feitas. Agora, também não podemos falar dos presidentes de junta como se fossem uns coitadinhos que não fazem nada ou que estão aqui, de alguma forma, ao sabor do que é a Câmara Municipal. E o sr. presidente da Câmara sabe bem que não é assim, porque não se tem que concordar em tudo. Por isso, é importante, sim, e desculpem-me a partilha, mas é importante ficar aqui de alguma forma claro que nós estamos a trabalhar em colaboração, que as juntas de freguesia têm realmente o recebimento que fazem do protocolo com o Município por causa das limpezas e não vejo qual seria a mais valia, muito pelo contrário, que essas limpezas e a manutenção das vias passasse para as juntas de freguesia sem o intermédio do Município porque aquilo que me dá a entender é que, se hoje fosse aprovada essa transferência de competências eu, enquanto presidente de junta, teria mais um encargo. Não sendo aprovado, eu tenho um benefício porque tenho uma Câmara Municipal que me apoia nessa manutenção de vias. Fica aqui o meu testemunho e solicito, se me é permitido, que algum colega que tenha uma opinião diferente ou complementar, por favor que a exponha, porque eu acho que é muito importante que os membros da Assembleia tenham um conhecimento mais real daquilo que é ser presidente de Junta. ----------

Presidente da Câmara: Estamos aqui a fazer uma tese de doutoramento. A Câmara Municipal de Paredes de Coura recusou muitas das competências do Estado Central, porque em alguns casos não havia envelope financeiro, noutros não temos quadros técnicos competentes. ----------

Fazia sentido que agora comprássemos dezasseis computadores topo de gama para que os srs. presidentes de junta fizessem todos os registos de queimas e queimadas, fizessem o registo dos ninhos de vespa, para nós era ótimo. Agora é uma questão de podermos avaliar aquilo que devemos ou não transferir. De facto, é preciso que o quadro existente seja adequado para que a competência

seja exercida, senão também nós podíamos ter aceitado as competências no domínio dos jogos, da manutenção das estradas, ou seja, podíamos ter aceitado tudo. ----------

Porém, quando falamos no centralismo de Lisboa para Paredes de Coura verificamos que é diferente do centralismo de Paredes de Coura para Resende, Cunha ou Cossourado. Não faz sentido, aliás, as juntas de freguesia trabalham numa cooperação estreita connosco, nós servimos, muitas vezes, para tirar dúvidas jurídicas, técnicas, ajudar na formulação de alguns concursos que as juntas fazem, ou seja, não é uma questão de a câmara municipal não querer fazer transferências de competências para as juntas de freguesia, mas isso ia obrigar-nos a um esforço financeiro maior do que temos feito até agora e os números são certos e fáceis de comprovar. Até ao momento, em delegação de competências nas freguesias e na rede viária foram investidos, em oito anos, quase nove milhões e meio de euros, a acrescentar ainda as obras que brevemente serão feitas, ou seja, não é uma questão de dinheiro para nós, até seria muito mais prático. Acho eu que devemos perguntar aos presidentes de junta em que áreas é que eles estão dispostos a aceitar essas competências. Independentemente das competências, muitas vezes os srs. presidentes de junta, e bem, estão mais preocupados é com a transferência financeira. Nós sabemos as dificuldades que têm e no próximo mandato quem estiver aqui a decidir deve fazer esse esforço. De facto, obviamente, temos uma proximidade diferente, mas também não é uma questão de proximidade, é uma questão de não os obrigar a um esforço financeiro maior do que as suas possibilidades. O que temos é de encontrar aqui o equilíbrio. ----------

A proposta de recusa de descentralização de competências nas freguesias para o ano de 2022 foi aprovada por maioria, com 29 votos a favor, sendo 25 do PS, 2 independentes, 01 do PSD e 1 PCP/PEV e 2 votos contra do PSD (Ricardo Marinho e José Augusto Sousa).----------

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.--

CONTA DE GERÊNCIA DO ANO DE 2020

Ponto n.º 03 - Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas relativa ao ano de 2020.

Presidente da Câmara: O relatório de prestação de contas é um documento que espelha e resume a atividade da Câmara Municipal bem como contem a informação respeitante aos principais indicadores de gestão, nomeadamente, a situação económica e financeira do município, balanço e demonstrações de resultados. ----------

No fundo, a prestação de contas é antes de mais um dever político que procura a sustentação, a credibilidade e a transparência das instituições públicas. Deve ser também compreendida como um dever e uma obrigação periódica de informar quais foram as decisões tomadas, os encargos assumidos e as consequências que daí resultam para a vida das pessoas da nossa terra. ----------

Antes de mais, podemos afirmar com serenidade e confiança que temos boas contas. Temos boas contas e estamos a fazer uma gestão rigorosa do dinheiro público sem perder, contudo, a capacidade de investimento. Sabemos por onde vamos, sabemos por onde devemos caminhar e temos uma estratégia. E se as pessoas reconhecem o sucesso da nossa gestão é porque temos coragem de tomar decisões ousadas e difíceis, mas sempre suportadas na viabilidade financeira e na retribuição económica e social para todos os courenses. Trabalhamos muito e muito fazemos, às vezes com

tantas dificuldades e com o pouco que temos. Procuramos aproveitar as oportunidades e não apenas resolver problemas. Sabemos para onde vai o futuro não procuramos a ser modernos, procurámos é assumir riscos, porque não assumir riscos no presente é uma atitude potencialmente suicida no futuro.

O ano de 2020 apresentou uma taxa de execução ao nível da receita de 89% após a incorporação do saldo da gerência anterior o que indica rigor na elaboração dos documentos. Resultados muito positivos que mostram contas saudáveis, rigorosas e o reforço na consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos. A dívida atual consolidada é de 5 806 379,00€, o que representa uma diminuição de 972 242,35€. As despesas efetuadas no ano anterior foram de 11 921 959,00€ o que representa um acréscimo de 5%. Os valores despendidos em despesas, no seu total, foram inferiores aos valores previstos, fruto da racionalização de custos que suporta a persistente política de investimentos da autarquia.----------

As despesas correntes, no geral, apresentam uma diminuição de 18%, acentuada em relação ao ano anterior. A diferença ocorreu, essencialmente, nas despesas com aquisição de bens e serviços pela não realização de atividades de índole cultural recreativa e desportiva. O valor despendido neste tipo de despesa foi maioritariamente destinado a bens e serviços para o combate à pandemia.

Por último, referir que as transferências correntes apresentam um valor similar ao do ano anterior, porém os destinatários foram muito diferentes. Houve uma aposta no apoio às instituições de solidariedade social, humanitárias, comércio local e população em geral em detrimento dos apoios às entidades culturais recreativas e desportivas, pelo cancelamento das suas atividades em consequência das restrições impostas pela direção-geral de saúde. ----------

No ano de 2020 e ainda hoje, foram muitos os courenses que viveram tempos muito difíceis, procuramos estar sempre próximos daqueles que mais sofreram os efeitos indesejáveis desta pandemia. As famílias, as empresas, os comerciantes e as instituições sociais continuarão a enfrentar muitas dificuldades e nós procuraremos ter políticas capazes de atenuar os efeitos nefastos desta crise que atravessamos. ----------

As despesas de capital apresentaram uma subida de sessenta por cento, explicado pelo incremento de 2,17 vezes do valor do investimento em relação ao ano anterior, o que mostra a nossa capacidade de investimento no ano de 2020, que os investimentos na rede viária das freguesias chegaram a 1 078 000,00€ e na proteção civil e defesa da floresta 329 mil euros. ----------

A Câmara Municipal de Paredes de Coura pode, hoje, orgulhar-se de ter trabalho para mostrar, fruto da dinâmica económica e social do concelho e fruto da extraordinária capacidade empreendedora do tecido industrial de Paredes de Coura.----------

Continuamos a ser um território que cresce e que continua a criar emprego, uma terra de indústria, uma terra empreendedora e que se afirma no contexto nacional pela ousadia e inovação dos seus projetos.----------

A prestação de contas de 2020 é também marcada pelo reforço das condições de acolhimento de novas empresas e indústrias, através da melhoria da ligação à A3 e da requalificação do parque

empresarial de Formariz, pelas condições que favorecerão a criação e implantação de novas empresas de base tecnológica e a criação de emprego qualificado. ----------

Os valores da dívida também apresentam uma diminuição. Esta situação tem sido recorrente, como já há bocadinho falámos, desde o ano de 2014. A Câmara Municipal de Paredes de Coura pode hoje ter orgulho de ter trabalho para mostrar, um trabalho que é feito no esforço contínuo de muitas pessoas que todos os dias procuram dar o melhor por Paredes de Coura. ----------

Continuamos a ser um território que cresce e que continuará a criar emprego, uma terra de indústria, uma terra empreendedora e que se afirma no contexto nacional pelos seus projetos inovadores. --------

O presente relatório da prestação de contas mostra também que apostamos muito na formação escolar das nossas crianças e dos nossos jovens da forma como a entendemos: inclusiva, popular e contemporânea, tradicional, mas também cosmopolita. Investimos no ano de 2020, na educação e na cultura, 1 453 000,00 €. ----------

Os apoios às famílias foram também uma preocupação cujos apoios se traduziram em subsídios de natalidade, apoios escolares e apoio à ajuda de manutenção do rendimento, através da concessão de vales descontados no comércio tradicional. O futuro, já o afirmámos noutros lugares, pertence àqueles que estão dispostos a perder o equilíbrio. Equilíbrio nas contas e desequilíbrio na ousadia e na arte de pensar o desenvolvimento de Paredes de Coura. Nos tempos que correm, arriscar, ser inquieto e ousado é o que de mais sensato se pode fazer. Não há verdadeiro desenvolvimento sem decisões corajosas e sem muito trabalho. Estamos dispostos a lutar e a correr riscos. A gente de Paredes de Coura sabe disso. ----------

José Augusto Sousa (PPS/PSD): Peço para abrirem a parte três da Conta da Gerência 2020, para depois tentar enquadrar o discurso que o sr. presidente colocou aqui. ----------

1º ponto: A parte positiva da conta da gerência, no seu conteúdo global, para um ano caracterizado como o de 2020, queria deixar uma palavra de estima e consideração ao sr. vereador Dr. Sérgio Caselhos porque, mesmo nas circunstâncias que vivemos, ainda conseguiu estar presente em cerca de metade das reuniões da Assembleia. ----------

2º ponto: também uma palavra de apreço pelos 78% de realização das Grandes Opções do Plano. Eu sei que nós estamos a votar a Conta de Gerência deste ano e o sr. presidente não disse, mas no conjunto dos três ou quatro anos a realização foi de 78%. Mas, conforme temos dito aqui, entendemos que não fomos suficientemente ambiciosos, no entanto é positivo. Aquilo que prometeram estão a cumprir, prometeram pouco, mas aquilo que estou a prometer estou a cumprir. ----------

3º ponto: - Acho que aí, e na sequência das minhas intervenções nas assembleias, em nome do PSD, sobre esta questão, nós vivemos em 2020 uma situação que não se via desde que nasci e desde que represento o PSD de Paredes de Coura nos órgãos autárquicos. Tivemos uma pandemia. Pois aquilo que o PSD sempre defendeu, como sendo necessário ao município de Coura e aos courenses, era que houvesse um reforço da intervenção da Câmara Municipal no apoio às empresas, no apoio aos particulares, no reforço da ação social. Se olharmos para o mapa que vos disse há pouco para

olharem, vão ver, e como o sr. presidente já disse, fornecimentos e serviços externos há menos 1,7 milhões de euros gastos. Alguns destes fornecimentos são consumíveis nas lojas de Paredes de Coura. Mas depois ainda podemos ir a outra questão mais importante. É que foi aqui dito muita coisa, mas quando começo a olhar para a crueza dos números, as transferências e subsídios concedidos num ano de pandemia, subiram sessenta e três mil euros e depois disse e muito bem que tinham deixado um saldo de tesouraria para o ano seguinte. Eu sempre tenho defendido contas sãs, mas eu sou social democrata e na social democracia ou na economia *keynesiana*, e já vi o Partido Socialista defender os modelos mais radicais aqui, logo na primeira intervenção da questão das economias de escala, sobre a limpeza dos terrenos, entregá-la a uma empresa que a faça em todo o concelho, foi quase isso que o senhor membro disse, portanto, aquilo que eu acho e que foi uma oportunidade perdida e que Coura precisava e os courenses precisavam, era de um efetivo maior músculo no apoio concedido. Também dou os parabéns à Câmara, pelo acréscimo de dois ou três milhões nas aquisições de bens de capital, ou seja, nas estradas e no que foi feito, merecido há muitos anos, que se calhar já devia estar feito há mais tempo e, portanto, tudo bem, mas o apoio em ano de pandemia aos courenses e às empresas courenses devia ter sido, e havia condições para ter sido sem pôr em causa e sem pregar a saúde financeira da Câmara Municipal, muito mais robusto, muito mais intenso. E vai ser preciso isso e já estamos um ano atrasados. Portanto, essa é a principal crítica que eu tenho a fazer à prestação de contas que está aqui apresentada. ----------

Vou votar contra com a seguinte declaração de voto: "A Câmara Municipal devia ter feito um esforço muito maior de apoio aos courenses comerciantes, aos courenses pessoas individuais e aos courenses empresas. no sentido de salvaguardar mais da pandemia que ocorreu. ----------

Manuel Monteiro (PS): nós não vimos aqui na postura do sim nem na postura do doseamento. Nós achamos que, de facto, este executivo demonstrou atenção, rigor, demonstrou equidade na atenção que prestou aos courenses no domínio dos apoios à pandemia. ----------

De facto, é sempre possível dizer que é possível ir mais longe, e é e vai ser necessário, como já aqui foi dito e sublinho, portanto, a oportunidade de ter algum fôlego financeiro para intervir nas necessidades que se avizinham, naturalmente é sempre uma salvaguarda para o futuro. De qualquer maneira, nós queremos sublinhar aquilo que é um dado político essencial da prestação de contas do relatório de gestão. ----------

De facto, como também o PSD sublinhou e se congratulou foi, digamos, 89% de nível de receita que foi possível incorporar, eu sei que falou nos 78% e nesse aspeto também nós nos congratulamos e de mais, congratulamo-nos com a tendência de consolidação da dívida e sobretudo com a sua diminuição. É importante para manter sãs e equilibradas as contas do município. ----------

Sabemos que o rigor e os instrumentos financeiros e contabilísticos, que são hoje um instrumento de gestão e estão mais apurados, faz com que, de facto, também e desse modo, se contribua para o equilíbrio financeiro dos municípios. ----------

Dizer-vos também e sublinhar aquilo que também foi dito que, mesmo havendo uma diminuição de 18% nas despesas correntes, ela se deveu essencialmente àquilo que não foi possível realizar de acordo com o respeito pelas normas sanitárias, nomeadamente, tudo aquilo que é uma marca da água do concelho, já não direi destes executivos, direito do concelho que são as atividades culturais, as atividades recreativas e as atividades desportivas. Particularmente, a organização das atividades culturais teve um impacto em toda a atividade até, sobretudo, na atividade económica como sabemos. Mas, sabemos também que a aposta que foi feita no domínio da solidariedade social, no domínio humanitário, no domínio do apoio à população e às entidades foi significativa. Dizer-vos também, e isso é um sublinhado nosso e que também foi referido, que os investimentos nas freguesias têm um montante significativo, mais de um milhão de euros.----------

Também uma outra dimensão importante, e que aqui tem sido sempre relevada e é relevada porque é um recurso essencial do concelho, é um recurso natural imprescindível para o desenvolvimento, a saúde e o bem-estar da população, e eu dizia que no domínio da proteção civil são gastos mais de €300 mil o que, para um concelho desta dimensão, é muito significativo. ----------

Também aquilo que foram as despesas e os custos alocados à ligação à A3 são, naturalmente, de sublinhar, e por todos nós tem sido aqui sublinhado e realçado e só nos podemos congratular pelo andamento e pelos recursos que foram postos à disposição dessa infraestrutura, que vai ser essencial para toda a atividade económica e de desenvolvimento que todos ambicionamos.----------

Também dizer-vos que, noutro domínio, e é importante sublinhá-lo porque é uma dimensão social económica e humana, que é muito premente neste concelho, que é a questão da habitação. A habitação a custos controlados e a aposta que o executivo está a fazer neste domínio com, pelo menos, dois projetos essenciais para a fixação de jovens para a habitação condigna e para habitação a custos passíveis de serem suportados pelos courenses, são duas dimensões que é importante sublinhar e para a qual também foram alocados recursos. Noutro domínio da habitação, não devíamos esquecer todo o empenho, embora isso possa parecer que não teve, digamos, custos muito elevados, que é no domínio do primeiro direito, que está a ser desenvolvido em todo o concelho, beneficiando sobretudo, as famílias com menos recursos e com mais necessidades e de habitação.----------

Sublinhar também um aspeto que também tem sido tradicional de aposta do Executivo, deste e de todos os executivos socialistas que têm governado este concelho, e no ano de 2020 o município investiu mais de um milhão e quatrocentos mil euros na formação, na educação e no apoio às famílias, nos apoios escolares, à manutenção do rendimento, etc.----------

Por último, dizer-vos que, de facto, é este executivo e esta assembleia municipal que o suporta e está também disposta a correr riscos. É nesse risco de perseguição do desenvolvimento que apostamos e os courenses têm feito esse reconhecimento ao longo dos anos. ----------

José Augusto Sousa (PPD/PSD): O PSD sempre concordou, e acho que até é um problema genérico da maioria das câmaras, com a questão de preços controlados. E bem que a Câmara lançou. Não sei se é a melhor opção, tenho, aliás, muitas dúvidas, porque já estudei muito bem a legislação sobre esta

matéria e não é fácil conseguir que os empresários avancem num projeto desta natureza. Há outros modelos, até alguns modelos para administração central que podiam ser aproveitados pela Câmara Municipal e que, a meu ver, teriam um impacto muito maior no tecido empresarial de Paredes de Coura. Portanto, o PSD irá propor isso na campanha eleitoral. ----------

Há aqui uma questão que eu penso já ter transmitido no ano passado e que não vi qualquer desenvolvimento. Nos documentos recebidos, há um mapa sobre os empréstimos bancários com as respetivas condições. Na minha perspetiva, tal e qual como penso que disse no ano passado e há dois anos, as condições financeiras do mercado, mais que justificam, pelo menos em dois dos empréstimos em curso, que sejam revistos. Não faz sentido a Câmara estar a pagar quase 3% num empréstimo e 2,4% no PAEL. Na minha perspetiva, e olhando o último contrato de empréstimo feito, a Câmara poderia poupar, pelo menos no primeiro ano, mais de trinta mil euros. E portanto, deixo essa sugestão, porque entendo que é meu dever de formação e para o bem de Paredes de Coura. ----------

Presidente da Câmara: Para encerrar este ponto, desde já agradecemos o repto e naturalmente a informação e, se nos pode ajudar, é sempre bem-vindo, e não é da boca para fora. Depois temos é que decidir se vale a pena ou não, mas, porventura poderá ajudar. Trinta mil euros na Câmara de Coura é mesmo muito muito dinheiro. ----------

Em relação aos apoios sociais, não devemos esquecer que estamos apenas a falar do ano de 2020 e que os apoios continuam nesta altura. Todos os apoios sociais aprovados até a este momento chegam a um milhão de euros. Nesta altura, também devemos dizê-lo porque também é justo, mas ao bolso dos courenses apenas chegaram à volta de 600 mil euros, porque temos instituições a colaborar connosco, a ajudar no preenchimento dos formulários, porque muitas das pessoas que se candidataram aos apoios existentes, por insuficiência documental, as candidaturas estão incompletas e é preciso reformulá-las. E esse é um trabalho que nós também temos de fazer. ----------

Como disse também o Dr. José Augusto, e bem, não é só o dinheiro e os apoios que estamos a dar, mas a Câmara vai continuar a fazer o esforço e continuar a apoiar constantemente as famílias porque os efeitos da pandemia vão continuar. ----------

E não é só a Câmara Municipal, mas a todas as pessoas que aqui estão devem estar atentas. De facto, vamos fazer um esforço cada vez maior para apoiar as pessoas porque nós podemos ser uma Câmara cosmopolita na captação de investimento, na criação de emprego, mas também não podemos deixar as outras pessoas para trás e podem ter a certeza de que do nosso compromisso, como também o PSD o deseja, a situação financeira das famílias que mais precisam será acompanhada de perto e nós vamos continuar a estar atentos. ----------

A Prestação de Contas de 2020 foi aprovada, por maioria, com 30 votos a favor, sendo 25 do PS, 2 independentes, 03 do PSD e 1 abstenção PCP/PEV. ----------

O PSD apresentou declaração de voto com o seguinte teor: *"Voto a favor, embora considere que a Câmara Municipal devia ter ido muito mais longe e mais intensamente no apoio aos courenses, às*

pessoas courenses e às empresas de courenses, no âmbito da pandemia. O apoio que foi aqui vinculado, do ponto de vista daquilo que está expresso nas contas, é um apoio muito, muito baixo. -----

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. --

2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO

Ponto nº 04 - Apreciação, discussão e votação da proposta de 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal, para o ano de 2021. ----------

Presidente da Câmara: Tem a ver com a integração do saldo do ano anterior no valor de um milhão e seiscentos mil euros e também com um ajustamento de quinhentos mil euros na receita de fundos comunitários. Deve-se também a alguns atrasos tidos em algumas obras e que acabamos por canalizar essas verbas para a rede viária e para as zonas industriais. No fundo, trata-se de arquitetura financeira.----------

A proposta de 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e PPI foi aprovada, por maioria, com 30 votos a favor, sendo 25 do PS, 2 independentes, 03 do PSD e 1 abstenção PCP/PEV. -----

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. --

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Ponto n.º 05 – Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos de 31 de janeiro de 2021 a 31 de maio, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 18-12-2020, em cumprimento do estipulado na alínea c) do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. ----------

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.----------

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA COMPROMISSO PLURIANUAL – TRANSPORTES ESCOLARES

Ponto n.º 06 – Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção do compromisso plurianual decorrente da celebração de um contrato de prestação de serviços de transporte escolar para os alunos do 1.º Ciclo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor. ----------

Presidente da Câmara: informou que este assunto não tinha sido integrado na convocatória desta sessão pelo que foi solicitado agora a sua introdução na ordem de trabalhos. Todos os anos há mudanças e há muitas crianças que saem e outras que entram e é preciso ter uma imagem mais aproximada do número de alunos que temos para fazer o caderno de encargos mais próximo do real. Precisamos desta autorização para o concurso plurianual e, provavelmente, como vai ser um concurso internacional, é mais demorado e queremos que não haja atrasos para o início do próximo ano letivo, como aconteceu em muitos municípios no ano anterior em que houve situações muito desajustadas e com muitos inconvenientes para as famílias. Portanto, agradecia que aprovassem a autorização para o lançamento do concurso para fazermos as coisas atempadamente.----------

Submetida à votação a proposta de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção do compromisso plurianual foi aprovada, por unanimidade. ----------

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.--

ENCERRAMENTO

------- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias. ----------